



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:  
(DO PODER EXECUTIVO)

Nº DE ORIGEM:  
MSC 694/00

EMENTA:  
Cria o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Transportes e do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes.

DESPACHO:  
23/05/2000 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.615, DE 1999.)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:  
AO ARQUIVO, EM 23/5/2000

REGIME DE TRAMITAÇÃO	
PRIORIDADE	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.093, DE 2000  
(DO PODER EXECUTIVO)  
MENSAGEM Nº 694/00



Cria o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Transportes e do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.615, DE 1999.)

### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, para exercício na Agência Nacional de Transportes – ANT, os empregos públicos de nível superior de Regulador e de Analista de Suporte à Regulação, os de nível médio de Técnico em Regulação e de Técnico de Suporte à Regulação, os cargos efetivos de nível superior de Procurador, os Cargos Comissionados de Direção – CD, de Gerência Executiva – CGE, de Assessoria – CA e de Assistência – CAS, e os Cargos Comissionados Técnicos – CCT, constantes do Anexo I.

Art. 2º Ficam criados no Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DINFRA, os empregos públicos de nível superior de Especialista em Infra-estrutura de Transporte e os de nível médio de Técnico em Infra-estrutura de Transporte e de Técnico de Suporte à Infra-estrutura de Transporte, e o Cargo Comissionado de Especialista em Infra-estrutura de Transporte, constantes do Anexo II.

§ 1º Os valores mínimos e máximos dos empregos públicos e os valores do Cargo Comissionado de Especialista em Infra-estrutura de Transporte, a que se refere o **caput** deste artigo, são os constantes do Anexo III.

§ 2º O Cargo Comissionado de Especialista em Infra-estrutura de Transporte é devido exclusivamente a ocupantes de cargos ou empregos de nível superior e será pago cumulativamente com o salário ou vencimento do empregado ou servidor.

§ 3º O Cargo Comissionado a que se refere este artigo, caracterizado pela complexidade e responsabilidade, somente poderá ser ocupado por servidor ou empregado com qualificação, capacidade e experiência, na forma definida em ato do Poder Executivo Federal.

§ 4º O preenchimento dos empregos públicos e dos Cargos Comissionados referidos no **caput** deste artigo deverá ser feito de forma gradual, observando-se a disponibilidade orçamentária em cada exercício e somente poderá ocorrer após a extinção do Departamento Nacional





de Estradas de Rodagem – DNER e das unidades do Ministério dos Transportes que tiverem suas funções deslocadas para o DINFRA e para a ANT e da dissolução da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT.

Art. 3º A investidura nos empregos públicos dos quadros de pessoal efetivo da ANT e do DINFRA dar-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme disposto em regulamento próprio de cada órgão, observada a legislação geral que trata do assunto no âmbito das agências reguladoras e da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, respectivamente.

§ 1º O concurso público poderá ser realizado para provimento efetivo de pessoal em classes distintas de um mesmo emprego público, conforme disponibilidade orçamentária e de vagas.

§ 2º O concurso público será estabelecido em edital de cada órgão, podendo ser constituído das seguintes etapas:

I - provas escritas;

II - provas orais; e

III - provas de título.

§ 3º O edital de cada órgão definirá as características de cada etapa do concurso público, os requisitos de escolaridade, formação especializada e experiência profissional, critérios eliminatórios e classificatórios, bem como eventuais restrições e condicionantes.

§ 4º Poderá ainda fazer parte do concurso, para efeito eliminatório e classificatório, curso de formação específica.

Art. 4º O Poder Executivo disporá sobre as atribuições específicas, a estruturação, a classificação e o respectivo salário dos empregos públicos de que trata o art. 2º, respeitados os limites salariais definidos no Anexo III.

Art. 5º A ANT e o DINFRA publicarão no prazo de trinta dias após a promulgação desta Lei a relação nominal do pessoal absorvido nos seus quadros de pessoal específico e especial em extinção, bem como a tabela salarial dos respectivos empregos.



Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos orçamentos dos respectivos órgãos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,        de        de 2000.





## ANEXO I

TABELA I

Agência Nacional de Transportes – ANT  
Quadro de Pessoal Efetivo

EMPREGO PÚBLICO	QUANTITATIVO
<b>Nível Superior</b>	
Regulador	718
Analista de Suporte à Regulação	160
<b>Subtotal</b>	<b>878</b>
<b>Nível Médio</b>	
Técnico em Regulação	964
Técnico de Suporte à Regulação	202
<b>Subtotal</b>	<b>1.166</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.044</b>

Cargo de Procurador	61
---------------------	----

TABELA II

Agência Nacional de Transportes – ANT  
Quadro de Cargos Comissionados

CARGOS COMISSIONADOS	QUANTITATIVO
<b>CD – Cargos Comissionados de Direção</b>	
CD I	1
CD II	6
<b>Subtotal</b>	<b>7</b>
<b>CGE – Cargos de Gerência Executiva</b>	
CGE I	8
CGE II	22
CGE III	62
CGE IV	2
<b>Subtotal</b>	<b>94</b>
<b>CA – Cargos de Assessoria</b>	
CA I	20
CA II	8
CA III	8
<b>Subtotal</b>	<b>36</b>
<b>CAS – Cargos de Assistência</b>	
CAS I	43





CARGOS COMISSIONADOS	QUANTITATIVO
CAS II	34
<b>Subtotal</b>	<b>77</b>
<b>CCT – Cargos de Comissionados Técnicos</b>	
CCT I	124
CCT II	107
CCT III	82
CCT IV	63
CCT V	37
<b>Subtotal</b>	<b>413</b>
<b>TOTAL</b>	<b>627</b>

## ANEXO II

### TABELA I

Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DINFRA  
Quadro de Pessoal Efetivo

EMPREGO PÚBLICO	QUANTITATIVO
<b>Nível Superior</b>	
Especialista em Infra-estrutura de Transporte	1.051
<b>Subtotal</b>	<b>1.051</b>
<b>Nível Médio</b>	
Técnico em Infra-estrutura de Transporte	728
Técnico de Suporte à Infra-estrutura de Transporte	850
<b>Subtotal</b>	<b>1.578</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.629</b>



TABELA II

Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DINFRA  
Quadro de Cargos Comissionados de Especialista em Infra-estrutura de Transportes – CEIT

CARGOS COMISSIONADOS	QUANTITATIVO
CEIT I	198
CEIT II	192
CEIT III	138
CEIT IV	49
CEIT V	31
<b>TOTAL</b>	<b>608</b>



### ANEXO III

TABELA I

Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DINFRA  
Limites de Salários para os Empregos Públicos

<b>NÍVEIS</b>	<b>Valor Mínimo (R\$)</b>	<b>Valor Máximo (R\$)</b>
Superior	1.890,00	5.680,00
Médio	488,00	2.200,00

TABELA II

Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DINFRA  
Remuneração dos Cargos Comissionados de Especialista em Infra-estrutura de Transportes

<b>CARGOS COMISSIONADOS</b>	<b>Valor (R\$)</b>
CEIT V	1.521,00
CEIT IV	1.111,50
CEIT III	669,50
CEIT II	590,20
CEIT I	522,60





Mensagem nº 694

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Cria o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Transportes e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes".

Brasília, 19 de maio de 2000.



CONFERE COM O ORIGINAL



**EM Interministerial nº 18 /MT/MP**

Brasília, 17 de maio de 2000.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à superior deliberação de Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei que “Cria o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Transportes e do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes.”

2. O Projeto em questão complementa o Projeto de Lei nº 1.615, de 1999, enviado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 1.268, de 2 de setembro de 1999, que “Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Transportes, do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, reestrutura o Setor Federal de Transportes, e dá outras providências”, para definir os quadros de pessoal dos referidos órgãos.

3. A presente proposta insere-se no delineamento estabelecido no Projeto de Lei nº 2.549, de 2000, encaminhado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 265, de 25 de fevereiro de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras, e objetiva dar um tratamento homogêneo ao assunto para todas as instituições públicas criadas com o propósito de exercer a função de Estado de regulação, além de permitir a organização de órgão voltado para a gestão, operação e administração das infra-estruturas de transportes.

4. Tendo em vista disposto nos arts. nºs 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, é necessário que se ressalte que os recursos financeiros para fazer face às despesas de pessoal e custeio administrativo serão oriundos do Orçamento Geral da União, dentre os destinados ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e ao Ministério dos Transportes, referentes às Unidades que tiverem suas funções deslocadas para o DINFRA e para a ANT, que estão sendo extintas, e à Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT que estará sendo dissolvida, além das receitas próprias das autarquias que estão sendo criadas.

5. Em consequência, não haverá impacto orçamentário-financeiro relevante no exercício de 2000 e nos dois anos subsequentes, uma vez que a implantação da ANT e do DINFRA será feita de forma gradual, com a utilização dos recursos acima referidos, que em 1998 foram da ordem de R\$ 241.0 milhões e em 1999 de R\$ 218.4 milhões, enquanto que na





Lei Orçamentária do corrente ano estão previstos recursos da ordem de R\$ 263,2 milhões. O quadro anexo apresenta os valores estimados para os anos de 2000 a 2003.

6. Nada obstante, o disposto no § 4º do art. 2º do Projeto de Lei, ora encaminhado, veda o preenchimento de qualquer emprego público ou Cargo Comissionado antes que o DNER e as unidades do MT que tiverem suas funções deslocadas sejam extintos e o GEIPOT dissolvido.

7. Estas são as razões, Senhor Presidente, que nos levam a propor o encaminhamento da presente proposta de Projeto de Lei ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,



ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS INTERMINISTERIAL Nº 18 / MT/MP,  
DE 17 DE maio DE 2000.



**1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências**

O Projeto de Lei que cria a Agência Nacional de Transportes – ANT e o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DINFRA, em tramitação no Congresso Nacional, não contempla a criação de cargos e empregos necessários ao funcionamento dessas duas unidades organizacionais.

**2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta**

A proposta em questão tem por objetivo criar na futura ANT e no DINFRA o quadro de pessoal necessário para sua efetiva implantação, à luz dos princípios de gestão de recursos humanos adotados pelo Governo Federal.

**3. Alternativas existentes às medidas propostas**

Não se tem conhecimento de projeto em tramitação nos âmbitos do Poder Legislativo e do Poder Executivo que atenda à situação em exame.

**4. Custos**

Não haverá impacto orçamentário-financeiro relevante no exercício de 2000 e nos dois anos subsequentes, uma vez que a implantação da ANT e do DINFRA será feita de forma gradual, com a utilização dos recursos acima referidos, que em 1998 foram da ordem de R\$ 241,0 milhões e em 1999 de R\$ 218,4 milhões, enquanto que na Lei Orçamentária do corrente ano estão previstos recursos da ordem de R\$ 263,2 milhões.

**5. Razões que justificam a urgência**

Harmonizar a gestão dos recursos humanos da Agência Nacional de Transportes e do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes com os princípios adotados pelo Governo Federal.

**6. Impacto sobre o meio ambiente**

Não há.

**7. Síntese do parecer do órgão jurídico**





Aviso nº 841 - C. Civil.

Em 19 de maio de 2000.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa a projeto de lei que "Cria o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Transportes e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes".

Atenciosamente,

PEDRO PARENTE  
Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado UBIRATAN AGUIAR  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados  
BRASÍLIA-DF.